



Julho de 1987:
mais de quatrocentos
civis indefesos
foram assassinados
em Homoine

BANDIDOS ARMADOS

O feito por não feito

TEXTO DE FERNANDO MANUEL

A retórica dos 16 pontos que os cabecilhas da dita RENAMO endossaram às autoridades moçambicanas através da delegação de religiosos que esteve em Nairobi este mês espanta pela sua aparente ingenuidade e falta de seriedade. Tratar-se-á apenas de um caso de miopia política?

Nas suas primeiras declarações públicas após o regresso de Nairobi, no Quênia, o Chefe da Igreja Católica em Moçambique, Cardeal D. Alexandre dos Santos fez alusão à pretensa firmeza com que os cabecilhas dos BA's encaram os passos a dar em direcção à instauração da paz no país. D. Alexandre, recorde-se, encontrou-se com uma delegação dos BA's no decurso deste mês naquele país africano, estando à frente de um grupo de religiosos que para ali se deslocou com esse propósito. Ouvidas as afirmações de D. Alexandre aos órgãos de Informação e, posteriormente, perante os fiéis em Quelimane, não deixa de poder ser surpreendente o conhecimento do conteúdo dos 16 pontos que pretendem resumir as «posições» da dita RENAMO, no que seria



Maio de 1989: rescaldo do ataque a Marracuene

uma contraposição aos princípios elaborados pelas autoridades moçambicanas como plataforma para o diálogo.

Essas «posições» surpreendem por constituírem em parte uma retomada de posições assumidas pelo Governo moçambicano, apropriando-se do seu conteúdo como se de coisa original e inédita se tratasse. O que, dito por quem o diz, não deixa de ser de um notável cinismo. É o caso de se afirmar, a certo ponto, que «a RENAMO nunca consentirá que a força militar venha a ser utilizada para impor uma chefia ou opções políticas contrárias à vontade do povo».

Se tal afirmação, feita pela RENAMO, suscita no mínimo perplexidade, esta é ainda mais justificável quando o «documento» nos confronta com a pouca seriedade com que faz referência à realidade da guerra, seus promotores e consequências na vida do país e na de milhões de moçambicanos que lhe sofrem os efeitos directamente, no seu dia-a-dia.

Não há hoje, supomos, quem ainda sustente ilusões sobre não só a origem e posterior evolução

que conferem à RENAMO o carácter com que se celebrizou à medida que o mundo ia compreendendo melhor os objectivos com que foi criada, o objectivo da guerra que é movida contra a RPM através dela e a filosofia subjacente à definição dos seus alvos: as estimativas que nos são apresentadas oficialmente, os números envolvidos e o substancial reportório de depoimentos prestados tanto por populações como pelos próprios bandidos capturados ou que se entregam voluntariamente no quadro da amnistia são por demais eloquentes — só de perdas humanas, esta guerra já se salda numa herança de para cima de 600 mil mortos; milhares de escolas, hospitais e centros de saúde destruídos, bem como significativa percentagem da rede comercial nas zonas rurais; contam-se hoje aos milhões os moçambicanos directa ou indirectamente afectados pela guerra, de crianças órfãs, propriedades pilhadas e empresas destruídas, num cômputo cujo valor em dinheiro ronda os 15 mil milhões de dólares, o que é dizer o triplo da dívida externa do país.

Se a consciência — a nacional e a internacional — sobre esta realidade de destruição e sanha assassina está hoje por demais clara, mais clara ainda estará quando se queira reflectir sobre quem são os seus autores e mentores, os objectivos que por detrás estão presentes.

É que a tal RENAMO, muito escrupulosamente afirma-se na retórica das suas «posições» como «uma força política e activa na cena política moçambicana». E mais: que «defende intransigentemente o povo — razão da sua existência e luta. É contra qualquer acto que viole a sua integridade física e moral, tais como massacres, pilhagens etc».

EM PROL DA SERIEDADE

A contradição entre tais afirmações e a prática dos bandidos armados no terreno é tão forte e flagrante quanto o foi em relação a um proclamado cessar-fogo unilateral anunciado para os meses de Abril e Maio deste ano pelos seus escritórios em Lisboa. Nessa altura, o porta-voz dos



BA's em Lisboa, anunciou que o cessar-fogo unilateral tinha sido decretado em todo o território nacional. Volvid o pouco tempo, o mesmo porta-voz, posto perante a realidade da continuidade de massacres a populações indefesas pe-

los BA's, rectificava a sua afirmação anterior, em termos de que o cessar-fogo só se destinava às áreas onde decorriam as operações de apoio às populações afectadas pela guerra, no âmbito da emergência. O que é facto compro-

vado é que os bandidos armados continuavam, indiferentemente, a massacrar civis indefesos em qualquer parcela do país.

Mesmo que se não queira recuar demasiado no tempo, para recordar massacres como o de Homoine, qualquer revista que se passe aos acontecimentos, referidos por exemplo ao período que transcorre de Janeiro de 89 até aqui, a conclusão inevitável a que se chega é a de que os bandidos armados continuam a pautar a sua acção por forma a justificar e merecer em pleno o nome por que são conhecidos.

As acções dos BA's nesse período, mesmo que referidas apenas às mais significativas — pelo número de vítimas envolvido e grau dos danos materiais provocados — o saldo de mortes já se fixa em quase meio milhar de cidadãos e milhões de meticais em prejuízos poder-se-ia aqui recordar os ataques a Manjacaze, a Massinga e Ressano Garcia, à aldeia Fidel Castro em Xai-Xai, à Macia, à Ilha Josina Machel, a Iapala — onde os prejuízos de roubo e saque foram de mais de 400 milhões de meticais — à Matola-Rio e Xinavane.



Devido à acção dos BA's a Estrada Nacional número 1 transformou-se num palco de morte e destruição



«A RENAMO defende intransigentemente o povo — razão da sua luta», afirma-se num dos 16 pontos. As duas fotos foram tiradas após o ataque a Ressano Garcia, em Malawi: a contradição é flagrante

Mais do que isto está o facto, conhecido e comprovado pela prática, de que no decurso mesmo dos encontros que tiveram lugar este mês em Nairobi com os religiosos moçambicanos houve um incremento dos massacres, derrube de postes de transporte de energia, e mutuações para aterrorizar a população. O recrudescimento das acções dos bandidos e o seu carácter «espectacular» — concentrando-se nos arredores das capitais — e a sabotagem de postes de alta tensão nesse período le-

vam a crer ter havido ordens expressas nesse sentido.

É legítimo o cepticismo e mesmo um certo sentimento de defraudação com que os 16 pontos dos bandidos armados têm vindo a ser recebidos: na verdade, a impressão com que se fica é que esta, apanhada de surpresa, elaborou os seus pontos de vista como manobra dilatária, pouco séria: «a RENAMO», diz o documento, «é uma força de guerrilha cuja sobrevivência depende unicamente do povo, por isso, é por natu-

reza contra qualquer acto de atrocidade que ponha em risco a vida das populações. A razão de ser da sua existência»:

Todos os processos cuja finalidade é a instauração da paz são por demais complexos e cheios de dificuldades e obstáculos, como bem o recordou D. Alexandre. Mas sem friedade e sentido de empenhamento mútuo, não há na História memória de que tal processo conduza a algo que valha realmente a pena: compreender isto é uma das responsabilidades maiores dos cabecilhas dos bandidos armados agora que chegou aonde se chegou.

Os princípios elaborados pelo Governo moçambicano para que o diálogo seja enfim realidade definem a sua aceitação pela dita RENAMO como condição básica para que se dêem os passos, muitos, que ainda há por dar: os 16 pontos dos cabecilhas dos BA's para além de serem em si uma incongruência, deixam em aberto esta questão, como que abdicando da quota da responsabilidade que a eles cabe. Trata-se, sem dúvida, duma ambigüidade cujos inconvenientes serão maiores que as vantagens. □